
9 – A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O processo civilizador que pretende unificar o mundo está morto: o Deus único, a idéia absoluta, a unidade da ciência e a globalização do mercado. A história se abre para uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas, marcadas pelos limites e potencialidades da natureza e pelos sentido do tempo (LEFF², 2000, p.57 – tradução livre).

9.1 Contextualizando a questão

Desde o final dos anos 1950, no plano mundial, começou de forma mais deliberada um despertar para o perigo das destruições massivas da natureza e dos impactos já sentidos com mudanças globais. Em algumas camadas da sociedade principiava-se uma tomada de consciência de que o desenvolvimento seguido pela humanidade era incompatível com o equilíbrio da vida no planeta. Assim, organizações governamentais e não-governamentais do mundo inteiro se mobilizam para a questão e gradativamente ganham espaço em todos os setores sociais, econômicos, políticos e acadêmicos, sobretudo nos países mais enriquecidos do mundo.

Conforme **Foladori e Tommasino** (2000), quatro posições eram colocadas a respeito da problemática ambiental no mundo: primeiro, a dos “catastrofistas” – para os quais a continuação do ritmo de crescimento levaria, no decorrer do século XXI, a uma catástrofe humana pela escassez de recursos naturais; em segundo, estavam os “tecnocratas”, que defendiam a inesgotável fonte da natureza e os eficazes mecanismos de mercado como reguladores do uso dos recursos; em terceiro, estavam os ecologistas radicais, que, frente à crise da sociedade industrial, defendiam um retorno ao passado numa reivindicação romântica à vida em pequenas sociedades auto-sustentáveis; por último, surgiram os que tentam tomar posições conciliadoras tendendo a interpretar a crise e oferecendo uma saída viável ao capitalismo, em que os termos “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável” passam a ser o centro das discussões.

A Amazônia se torna rapidamente área de preocupação mundial. São nessas circunstâncias que, já por volta da década de 1980, os movimentos de resistência dos trabalhadores locais irão encontrar a ressonância mundial devida a suas lutas localizadas. Como já referimos, a ajuda ocorreu tanto no campo logístico, em que projetaram lideranças amazônicas em nível mundial, como no plano financeiro, apoiando projetos alternativos de desenvolvimento de grupos organizados que buscaram produzir outras condições para suas

existências, contrapondo-se aos propósitos desenvolvimentistas que os subjugaram nas três últimas décadas do século XX. Assim, manifestaram dimensões na luta desses camponeses que buscavam muito mais que conquistas para a sobrevivência da classe; seus anseios nos movimentos sociais já apontam para a necessidade de uma “alternativa ao desenvolvimento regional”. Essa abertura possibilita o encontro com os propósitos do “desenvolvimento sustentável” (criado nos países mais enriquecidos do planeta) que já se colocavam no plano global, sobretudo como indicação de direções políticas ideais para os países e regiões mais empobrecidos do mundo.

Assim, o termo “desenvolvimento sustentável” torna-se um paradoxo, pois dele todos falam. Mas então o que é esse *desenvolvimento*? E a questão de *ser sustentável* ou de *ter sustentabilidade, como fica*? O que se pode dizer é que no contexto amazônico-acreano, seja como significados gerados no âmbito da luta ou do sentido acatado do discurso mundial, muitos novos conceitos e práticas hoje difundidos advêm como parte dessa conjuntura. Nisso, no âmbito da produção camponesa, no espaço agrário não vemos apenas possibilidade de submissão, mas também vemos reais condições da firmação de bases para uma auto-sustentação dos seus modos de vida em seus espaços vivenciais. Contudo, agora é necessário tecermos mais algumas considerações sobre estes conceitos para uma reflexão melhor sobre a situação na Amazônia-acreana.

9.2 Desenvolvimento: uma palavra, muitas definições

Consideramos que no contexto da luta o sentido do termo desenvolvimento foi (re) significado no âmbito dos movimentos sociais agrários amazônico-acreanos. Isso se deu, ora pela conscientização de que havia uma proposta de desenvolvimento que se colocava no espaço regional que mexia profundamente com a realidade dos que ali viviam; ora pelo contexto das lutas que ganhavam ressonância mundial e buscavam respaldo em projetos alternativos gerados no contexto da resistência local. Tudo isso ia ao encontro das possibilidades que eram discutidas em nível mundial, sobretudo numa posição de conciliação no plano da reprodução mais ampla dos espaços capitalistas que se globalizavam (não só economicamente, mas nas discussões e na ideologia de um outro padrão de desenvolvimento).

Isto nos colocava diante da situação paradoxal de um conceito – o de “desenvolvimento”: as significações do termo se dão com visões diferentes, mas se encontram e se defrontam no âmbito da relação do confronto capital e trabalho. Tal situação se manifesta quando, no contexto mundial, buscam rever padrões para a otimização dos recursos sem grande peso ecológico, porém sem deixar de viabilizar a realização do capital. Já em nível

local, sobretudo entre camponeses florestais organizados, tenta-se revalorizar a natureza amazônica como amparo legítimo aos seus modos de vida, mas também a vendo como fonte de recursos passíveis de ser explorados e comercializados.

São duas visões de desenvolvimento¹ que se confrontam:

➤ **Da questão geral no âmbito global.**

Esta baseia-se em projetos de viabilidade do capital prevalecendo sobre as aspirações locais, vista e revista em proposições que buscam mundializar padrões socioeconômicos gerais. Na realidade amazônica esses propósitos, após 1950, ganham espaço com uma visão em que a natureza é tratada como um repositório inesgotável de recursos; e o ambiente local, como detentor de potencial de riqueza e de mão-de-obra a ser explorada.

O desenvolvimento é encarado como promoção do crescimento econômico de grupos hegemônicos que passam a viabilizar seus projetos na ampliação do mercado interno num processo socioeconômico modernizante que é implantado no país; a Amazônia, por sua extensão, representava um potencial deslumbrante para esses propósitos como área de fronteira. Nessa visão, a riqueza de uns justificaria a pobreza da grande maioria. Os conflitos que se acirram são parte da reacomodação das forças sociais, econômicas e políticas ao se defrontarem². A questão passava por uma concepção de “modelo de desenvolvimento” a ser seguido, como se a inovação tecnológica, o crescimento econômico contínuo e ilimitado fossem elementos essencialmente fundamentais (RODRIGUEZ e SILVA, 2001).

➤ **Da questão local no âmbito geral**

Por outro lado, no âmbito das lutas sociais amazônicas-acreanas, os embates eram travados também com propósitos de criar alternativas para se viabilizar a automanutenção da classe trabalhadora camponesa, que viam suas posses e domínios ameaçados. Por isso a luta se dava por um projeto de vida que contemplasse uma alternativa de desenvolvimento aos propósitos gerais que eram impostos à região. Esses *projetos alternativos de desenvolvimento* significavam a conquista do território seringueiro; a viabilização de uma produção a partir dos recursos naturais do lugar; a busca por maior participação política no âmbito geral da sociedade; a conquista de direitos que sempre foram

¹ - Há duas noções de desenvolvimento que são antagônicas, porém podem ser sintetizadas como: “uma daqueles que associam desenvolvimento ao crescimento econômico do PNB, a modernização dos meios de produção e aos investimentos de capitais e de *Know-how*”; e outra daqueles que compreendem que o desenvolvimento é, sobretudo, “a supressão da pobreza absoluta, a satisfação das necessidades essenciais, a liberação da dependência e a modificação da repartição do poder” (STRAHM, 1992, p. 13).

negados, tais como educação e saúde; a organização da classe camponesa (em sindicatos e associações e cooperativas); pela revalorização do ambiente e do saber local. Enfim, no âmbito da luta sociais, havia propósitos que apontavam para objetivos práticos de quem queria apenas *viver melhor e ser respeitado* (como dizem nas entrevistas). Isso para tais sujeitos é *desenvolvimento*, sem necessidade de qualquer adjetivo para qualificá-lo.

Então, esta noção de *desenvolvimento* passa pela construção de um projeto de autonomia de classe no âmbito integral da luta, ou seja, do embates, mas também no âmbito produtivo, social, ecológico, cultural e político. Daí justifica-se a facilidade que os camponeses tiveram em admitir as *idéias significadas* no termo *sustentável*, no âmbito das representações de suas luta, claro que numa concepção de *ser auto-sustentável, ter sustentabilidade*.

Mas voltemos ainda à questão do desenvolvimento. Nas perspectivas acima analisadas, três visões de desenvolvimento se confrontaram e ainda se confrontam na realidade da Amazônia:

➤ **Proposta desenvolvimentista.**

Como herdeira de uma visão colonial de ocupação do espaço, o projeto desenvolvimentista repassa a visão da natureza como fonte inesgotável de recursos. Seria uma compreensão do desenvolvimento como sinônimo de “crescimento econômico” (que no caso relaciona-se apenas com aspectos produtivos e comerciais). Não há crise social, ambiental ou ecológica, mas defasagem, inadequação de projetos e falta de otimização dos meios de produção, sobretudo o homem, a terra e o capital sendo administrados inadequadamente. Nesse contexto, tem-se o avanço da fronteira econômica amazônica recente pós-1950, que no Acre é formalizada a partir de finais da década de 1960 com a frente pioneira agropecuária, em que o principal meio de produção mobilizado foi a terra, ou melhor, a propriedade da terra³. E chega até os dias atuais, sobretudo impulsionados pelas forças políticas de direita, grande parte do empresariado local e pelos segmentos mais conservadores da sociedade.

² - O que caracteriza uma visão funcional positivista. Segundo **Jaguaribe** (1978), esta ordem é concebida como dinamicamente comportando reajustamentos graduais, pois nesse caso o desenvolvimento gera desajustes funcionais, mas que são passíveis de serem revistos no contexto da realização sistêmica do progresso.

³ - Conforme **Gonçalves** (1998), no Acre, até a década de 1960, a terra, enquanto meio de produção, não tinha valor econômico, não havia um mercado fundiário, pois não havia uma demanda desta enquanto objeto de trabalho. No conjunto do espaço capitalista constituiu-se, todavia, um campo de múltiplas possibilidades que só então seria acionado. Ao tornar a terra regional mercadoria, muda-se a geografia dos proprietários. Essa mudança se dá porque como a empresa extrativista estava em crise, também está em crise sua dimensão produtiva de valoração pelo potencial extrativo; daí denotava a extinção de sua territorialidade (com suas práticas consagradas de organização espacial, enquanto materialização de estratégia de poder, enquanto identidade política cultural), pois quem comprava terra no Acre não adquiria o seringal, mas a propriedade privada de uma extensão territorial, e não de um potencial de produção de recursos naturais.

Na contestação dessas visões presentes, duas propostas geradas, também externamente, ganham espaço no fértil terreno das buscas de alternativas e apoios na geração de outra proposta para o desenvolvimento regional, diferente daquela que estava sendo imposta. Esta, ora aparecia como nova perspectiva incorporando-se às expectativas locais, ora se firmava na concepção ideológica de “desenvolvimento sustentável”, fundada em pressupostos neoliberais de revalorização dos recursos naturais e humanos regionais, sendo assumida por seguimentos políticos partidários da “direita moderada” à “centro-esquerda” e de lideranças dos movimentos sociais. Nisso, sob discurso de “transformação”, iniciou-se um forte processo “reformista” nos padrões de desenvolvimento regional em que o ZEE/AC - Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, é o principal documento de direcionamento de políticas dessa natureza. Todavia, agora vejamos os outros dois padrões que referimos⁴.

➤ **A proposta do desenvolvimento integral e do ecodesenvolvimento**

Conforme **Rodriguez e Silva** (2001, p.3-4), por volta dos anos 1960, duas correntes surgem e passam a repensar a questão do desenvolvimento, visando superar as visões tradicionais que conduziram ao modelo desenvolvimentista:

- O *desenvolvimento integral humano*. O primeiro implicava numa visão das necessidades básicas que deveriam ser satisfeitas no processo de desenvolvimento social: “as necessidades existenciais (ser, estar, fazer) e as necessidades axiológicas, ou seja, de valores (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade)”.
- O *ecodesenvolvimento*. Considera-se que todo processo de desenvolvimento deve ter a idéia de “meio ambiente” como centro; sendo assim, é “uma estratégia alternativa de desenvolvimento, centrada na cultura dos grupos sociais e na apropriação dos recursos naturais por parte da comunidade, como única alternativa para incorporar o ambiente natural no processo de desenvolvimento”. Então, previa esse processo como mudanças radicais na estrutura socioeconômica da sociedade.

⁴ - Ressaltamos que para muitos estudiosos da questão (p.e. Ignacy Sachs), o “ecodesenvolvimento” e o “desenvolvimento sustentável” são tratados como sinônimos; aqui entendemos como propostas diferentes e assim as trataremos.

Estas concepções surgem, sobretudo, em meio a intelectuais contestadores do desenvolvimento capitalista em voga e às correntes de pensadores de esquerda nos centros de pesquisas dos países enriquecidos⁵. Dois propósitos são evidenciados:

- Para os primeiros, a necessidade de melhorar os padrões de existência.
- Para os segundos, a necessidade de incorporar ao processo de produção o redimensionamento do ambiente natural como condição de responder aos problemas ecológicos já sentidos no mundo. Isso, tanto numa perspectiva de transformação social, como de repensar o desenvolvimento mundial orientando-se por setores da Organização das Nações Unidas – ONU.

Na Amazônia, essas concepções teriam pouca penetração dado que no momento de sua maior difusão, em nível local, o padrão desenvolvimentista predominava no conjunto do avanço da fronteira e das políticas de Estado. No entanto, duas proposições aí são geradas e defendidas por seguimentos geralmente ligados aos movimentos sociais agrários e a setores partidários de esquerda:

- A visão da Amazônia como “Santuário Ecológico” (BEZERRA e GRAZZIOTIN, 2001), que reforça as pressuposições da natureza como conjunto de valores intocáveis, que deveriam ser isolados da presença do homem (DIEGUES, 2001). Esta perpassa pela mentalidade, sobretudo urbana e extra-regional.
- Na possibilidade de conciliar um processo de desenvolvimento alternativo, sob fortes vínculos com valores socioambientais e socioculturais locais. Esta visão nasceu no âmbito das lutas dos camponeses locais, mas com o tempo passou a buscar respaldo político em nível nacional e internacional. Assim, esta influência externa gradativamente ganha espaço junto aos movimentos sociais da região e a seguimentos políticos de centro-esquerda.

➤ **A proposta do “desenvolvimento sustentável”**

Surgem da crítica geral a teoria do desenvolvimento e a pouca operacionalidade das propostas anteriores; mas também dos propósitos das forças

⁵ - Segundo Glaeser e Suri (1984), o conceito de ecodesenvolvimento teria sido empregado primeiramente por Maurice Strong, antigo diretor do UNEP – *United Nations Enviroment Programme*.

representantes dos países enriquecidos para gerar alternativas reformistas de desenvolvimento que contemplassem as reivindicações dos movimentos ecológicos e ambientalistas mundiais⁶.

Segundo **Rodriguez e Silva** (2001), a construção da noção de “desenvolvimento sustentável” passou por quatro etapas fundamentais:

- Iniciou-se na preocupação com a questão ambiental, já manifestada em trabalhos como “A primavera silenciosa”, de Raquel Carson, no final da década de 1960, e segue pela década de 1970 em encontros promovidos pela ONU e por outras instituições de caráter internacional.
- Na década de 1980, três eventos marcam a formulação da teoria do “desenvolvimento sustentável”, a saber: “a elaboração da Estratégia Mundial de Conservação, em 1980 pela IUCN, UNEP e WWF”; o Relatório da Comissão das Noções Unidas para o Meio Ambiente (Relatório de Brundtland – Our Future Common), em 1987, e o Relatório da CEPAL em 1990. Nesses se formularam basicamente a “teoria do desenvolvimento sustentável”, numa visão tecnicista e de aparente neutralidade política, sem criar qualquer conflito com as diretrizes gerais do capitalismo como força hegemônica mundial. Sob orientações das Nações Unidas, os propósitos definidos são adaptáveis a qualquer modo de produção político que for aplicável.
- Em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na “Rio 92”, chega-se à etapa da institucionalização, com a elaboração das concepções de desenvolvimento sustentável, com a tomada de direcionamentos políticos nos encaminhamentos de tratados e acordos em nível global. Surge daí a Agenda 21, como documento guia das Nações Unidas na incorporação da sustentabilidade ambiental nos propósitos das políticas de

⁶ - Segundo **Leff** (2001, p.114), os movimentos ecologistas surgiram nos países industrializados do norte (países enriquecidos) “como uma ética e uma estética da natureza, como busca de novos valores das condições de pós-materialidade [...], que produziria uma sociedade de abundância, livre das necessidades básicas e da sobrevivência”. Seriam, então, movimentos de consciência que procuram salvar o planeta sem, contudo, questionar a ordem econômica vigente. Ainda sobre a questão, **Gonçalves** (1993, p. 12) esclarece que “sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões das mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos [...]. Não há praticamente, setor do agir humano onde ocorra lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar”. Por outro lado, com relação aos movimentos ambientais, explica **Leff** (2001, p.48) que “são lutas de resistência e protesto contra a marginalização e a opressão, e reivindicações por seus direitos culturais pelo controle de seus recursos, pela autogestão de seus processos produtivos de autodeterminação de suas condições de vida”.

desenvolvimento. Também se diversificam mais as correntes políticas que interpretam a questão. Depois, as conferências Rio + 5 em New York viria para monitorar os direcionamentos tomados que, na prática, foram insuficientemente acatados.

- A partir de 2000, além do monitoramento dos acordos formados nas discussões em 1992, o que a Rio + 10 na África do Sul aparentou ter demonstrado foi um enfraquecimento das Nações Unidas quando houve desacordo na assinatura de certos tratados (como p.e. o Tratado de Kioto). Mas, a partir daí, tem-se a etapa da gestão ambiental, quando as idéias são revertidas em projetos práticos voltados para resolver “as situações diversas não-sustentáveis existentes”.

É interessante notar que no Acre essas idéias, ainda que com pouco espaço para se difundirem penetram, sobretudo, em meio aos movimentos sociais, já na década de 1980. Devido ao poder de articulação dos grupos sociais que, no contexto da fronteira agropecuária, se rearranjavam espacialmente, perante os conflitos tais grupos começam a emergir como forças políticas que optam ou são cooptadas por idéias relacionadas a projetos mundializados de “desenvolvimento sustentável”. Assim, já segunda metade dessa década, forças de movimentos sociais tais como as organizações comunitárias e coletivas buscam apoios logísticos e de recursos externos para financiamentos de projetos. As ONGs ocupam esses espaços assessorando setores dessas organizações de trabalhadores, sobretudo porque o Estado demonstrava ineficiência e desinteresse em apoiá-las. Isso marcaria a entrada, porém ainda não com um caráter massificante desses projetos gerados em escala mundial, para a escala local na Amazônia-acreana.

A massificação desse projeto ocorreria com a gestão política formada no final da década de 1990. Então, com o comando do estado sendo operada por um projeto de Governo pautado por uma opção clara de “desenvolvimento sustentável”, há maior difusão social do que é proposto politicamente. Assim, muitos dos propósitos criados nas lutas dos trabalhadores são cooptados ou até inviabilizados. Apesar disso, abre-se caminho para a execução de políticas que se situam entre as aspirações locais das forças dos movimentos sociais organizados e as deliberações dos órgãos financiadores nacionais e internacionais.

São nessas circunstâncias que atualmente encontramos, de modo geral, as visões de “desenvolvimento regional”, uma vez que as aspirações das lutas sociais ora se defrontam, ora se submetem aos “projetos” que lhes são impostos.

9.3 A questão do desenvolvimento e da sustentabilidade

Como vimos, foi na contestação, seguida pela revisão dos padrões do desenvolvimento mundial, que se enraizaram os propósitos das correntes contestadoras referidas. A “crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram o crescimento econômico negando a natureza” (LEFF, 2001). Nessa conjuntura, a viabilização da reprodução capitalista com a racionalização dos recursos naturais e da própria natureza, enquanto capital de realização futura, já viria explícita com a proposta de “desenvolvimento sustentável”; daí sua condição tão paradoxal: se por um lado englobava a possibilidade de contemplar parcialmente as reivindicações dos movimentos ambientalistas e até de movimentos sociais localizados, por outro, não criava atritos aos interesses das empresas, ou melhor, abria um vasto campo para esta atuar em setores produtivos que estavam semi-alijados do âmbito do mercado.

Portanto, com a criação do CMMAD (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), em 1983, atendendo a propósitos da ONU (Organizações das Nações Unidas), foi produzido o Relatório *Our future common* (Relatório de Bruntland), concluído em 1987. Nele era proposta uma forma de desenvolvimento que rompia com a lógica da rápida circulação de capitais, propondo as “formas sustentáveis” no “uso racional dos recursos” com vistas ao prolongamento na circulação de capitais e, conseqüentemente, atuando diretamente sobre o tempo de geração do lucro. Contudo, isso não significava em hipótese alguma um rompimento do modo de produção vigente, mas apenas uma revisão dos princípios do crescimento econômico e do padrão de uso e exploração dos recursos naturais, em que a natureza ainda poderia ser uma fonte inesgotável, desde que fosse manejada adequadamente em sua exploração. Nisso, a Amazônia apresentaria grande potencial na produção das chamadas *mercadorias verdes*, que começam a ter espaços garantidos de mercado, especialmente nos países mais enriquecidos do Planeta. A ótica do desenvolvimento é a do crescimento econômico, racionalizando a exploração do trabalho e da natureza, o que na realidade não significaria uma tão considerável “redução” no tempo de circulação do capital.

Queremos primeiramente pontuar algumas considerações desses pressupostos para depois tecer uma visão crítica das questões relacionadas. Conforme o CMMAD, o “desenvolvimento sustentável” pode ser compreendido como:

[...] não um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança [...]. Sabemos que este não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão de

ser feitas. Assim em última análise, o desenvolvimento sustentável depende do empenho político. Em essência o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam com o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (In: CARVALHO, 1994, p.00).

São, portanto, requisitos para o “desenvolvimento sustentável”, conforme o referido documento:

- O atendimento das necessidades básicas proporcionando oportunidades de concretização de vida melhor para todos.
- A promoção de valores que mantenham os padrões de consumo sem extrapolar os limites ecológicos e que estejam ao alcance de todos.
- Que o desenvolvimento econômico chegue a regiões onde tais necessidades não estão sendo devidamente atendidas.
- Que o índice de destruição de recursos não-renováveis mantenha o máximo de opções futuras possíveis.
- Que haja a conservação das espécies vegetais e animais.
- Que se faça a minimização dos impactos adversos sobre a qualidade do ar, água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade ambiental.
- De que os países industrializados retomem políticas internacionais visando a expansão, o crescimento, o comércio e os investimentos.

Portanto, sob as diretrizes firmadas no Relatório de *Brundtland*, foi traçada a base para as propostas políticas de “desenvolvimento sustentável” colocadas para o mundo inteiro. Dentro dessa concepção, a noção de “sustentabilidade” é fundamental, pois é nela que se fixam categorias (RODRIGUEZ e SILVA, 2001) e critérios (SACHS, 2002) de desenvolvimento.

Mas o que é a *sustentabilidade*? Para CARVALHO (1994), a *sustentabilidade* é definida como a relação entre os “sistemas” econômicos humanos dinâmicos e os “sistemas” ecológicos mais abrangentes e dinâmicos, porém, normalmente com mudanças mais lentas, nas quais:

- A vida possa continuar indefinidamente.
- Individualidades humanas possam florescer.
- Culturas humanas possam desenvolver-se.

- Efeitos das atividades humanas permaneçam dentro dos limites para que não destruam a diversidade, complexidade e funcionalidade dos sistemas ecológicos de suporte da vida.

Nesse sentido, reforça o **referido autor** (Id. Ibid), que há algumas condições básicas para a sustentabilidade:

- A “adaptabilidade”, que é a capacidade de adaptação do ambiente e seu poder de resiliência⁷.
- A “diversidade”, que é a capacidade de que quanto mais diverso for o ambiente maior será seu poder de adaptação e resiliência.
- A “equidade”, que é a capacidade de equilíbrio dinâmico, isto é, o direito, o respeito ou a manutenção da dinâmica interna de reprodução de cada componente no universo de suas interações.
- A “incerteza”, que é condicionante para a realização das outras “condições” e que se define como possíveis erros e reajustes permitindo serem revistos na implementação do desenvolvimento; noutras palavras, não há certezas para o futuro; *ele é o tempo das incertezas como possibilidades de realizações* ao que planejamos no espaço do “agora”.

No âmbito geral, vários critérios de sustentabilidade podem ser definidos: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2002). Mas no sentido da viabilização dos órgãos financiadores e das políticas ambientalistas internacionais, há uma “ecologização” da questão, isto é, “a sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção” (LEFF, 2001, p. 15).

Do ponto de vista metodológico e de sua implicação política, aqui cabe uma consideração: vendo “a questão do desenvolvimento sustentável” num “tratamento sistêmico” como foi concebido e abordado, inclusive por alguns dos autores antes referidos, estes requisitos, condições e critérios, colocam-se no “sistema” como relações harmônicas ou semi-harmônicas passíveis de reajustamentos momentâneos (são subsistemas, partes semi-individualizadas). Admitem-se os “desajustes” como parte das “incertezas” na implementação do sistema de desenvolvimento proposto. Todavia, a realidade vista como estamos abordando

⁷ - Conforme CARVALHO (1994, p. 369), *resiliência* é a capacidade, ou melhor, “o processo de retorno ou não de um ecossistema às condições anteriores a uma perturbação”.

não é *um sistema*, mas uma conjuntura que se constitui num plano processual como constructo social. Isso significa, pois, que na situação dos camponeses amazônicos-acreanos, estes trazem consigo um longo processo de construção e de afirmação socioespacial que é (re) significado, no contexto da floresta por confrontos e conflitos vividos.

Nesse sentido, *o desenvolvimento* não é uma construção feita a partir da introdução de elementos de reajuste ao sistema (peças de um subsistema). É uma construção que se faz presente nas lutas e mudanças nas condições existenciais⁸, nos conflitos de classes sociais que se processam no espaço vivido, tanto pelo embate político entre a *força do capital* versus a *força do trabalho*, quanto para galgar melhores condições para viver. Nesse processo, então, requisitos, critérios e condições perpassam pela concepção de sua importância enquanto *projetos* que se constroem espacial, social e historicamente num campo de *contradições e incertezas* nutridas pela geração-superação de conflitos, numa relação dialética constante das forças que se contrapõem no processo da produção humana do espaço.

A crítica à realidade que estamos pesquisando na Amazônia-acreana deve-se então ao problema no qual a *sustentabilidade* passa a ser vista apenas com uma dimensão, imediatamente supervalorizada (capitalizada), em ações de políticas públicas, em que o caráter do enraizamento nas aspirações locais, geralmente, não foi considerado (às vezes, deveras desvirtuado), pois na realidade das lutas, a busca de se *sustentar* sob bases existenciais solidifica-se também noutras dimensões que fundamentam os projetos de vida dos sujeitos sociais locais. Portanto, referimo-nos às dimensões que se intercalam num projeto de reconstrução de *autonomia social*, no âmbito dos embates sociais vividos. Daí, falarmos da *sustentabilidade* e da *auto-sustentação* como significações das aspirações sociais dos trabalhadores como construção de *seu viver melhor* no âmbito de suas lutas e não numa concepção de “reajustes de sistemas”. Talvez seja por esta proximidade do que está significado nestes conceitos, que estes são facilmente assimilados no linguajar dos trabalhadores na sua *labuta diária* (isto é, ressignificado como parte do *habitus* do camponês).

Voltando à questão do “desenvolvimento sustentável” na Amazônia-acreana, no âmbito geral das políticas que foram implantadas, a visão do “negócio privado” encontra espaço para sobrepor-se às iniciativas populares (cooperativas e associações, p.e). Isso ocorre à medida em que as forças coletivas e privadas (que contestam o padrão

⁸ - Nisso o desenvolvimento é uma palavra chave, pois seu significado está em “des” “envolver” o invólucro que impede a realização dos sujeitos que lutam, ou seja, ele só se dá a partir da luta, porque significa a “retirada” do que envolve o conjunto social, impedindo o crescimento num plano integral (GONÇALVES, 1998). Nesse sentido, vemos que a luta é contra o “desenvolvimento” vigente, mas ao negá-lo gera novos patamares para desencadear outro “des” “envolvimento” que a inclua.

desenvolvimentista) são responsáveis por uma nova dimensão na transformação capitalista da natureza. Há a internalização dos custos ambientais de um “novo progresso” (agora fundamentado numa visão tecno-ecológico), instrumentalizando uma operacionalização de (re) significação do homem, da cultura e da natureza como faces aparentes de uma mesma essência (LEFF, 2001): o mercado de capitais. Vemos nisso o “perigo” da “ideologização” do “desenvolvimento sustentável”⁹, quando os movimentos sociais incorporam estes discursos sem uma revisão crítica que poderia ser feita à luz de sua própria prática.

Nesse sentido, sob propósito do “projeto de desenvolvimento sustentável”, uma visão puramente produtivista tem sido colocada, suprimindo a autonomia que estava sendo construída no âmbito da *luta da terra*. Não se trata de um julgamento, mas estes “perigos” são entraves colocados e é importante que os tenhamos em mente. Vejamos, por não se tratar de um “projeto revolucionário”, mas sim reformista, que hoje o estado do Acre assumiu (referimos Governo do estado, no momento desta pesquisa), os movimentos sociais estão se conduzindo a assumir um papel importante, sobretudo na garantia de realização dos projetos locais, mas minimizam suas bases históricas de contestação e buscam gerar alternativas de desenvolvimento em escala local da luta (aliás, no âmbito das políticas do estado a *luta* é desconsiderada).

Por outro lado, o movimento dos trabalhadores, ao admitir as influências de um projeto externo que tende a mundializar, gera dinâmicas locais e se redefine sob forma de entrar no mercado com suas mercadorias (naturais ou não, mas sempre com um padrão social e ecológico de produção). Vemos que esse é um ponto fundamental, pois mesmo num projeto oficial reformista que tende a submeter (referimos as forças dominantes da sociedade acreana) as forças locais aos seus desígnios, assumindo na condição de “parceiro” fomentador e financiador, a condição do trabalhador organizado de entrar no mercado não se dá por submissão total (com algumas exceções). Esta, já se dá, também, por enfrentamento com a competência (produtiva e também política), demonstrando a capacidade e maturidade das forças sociais organizadas. É isso que poderá garantir outras dimensões para além dos discursos das “sustentabilidades econômicas e ecológicas”, numa dimensão global na geração

⁹ - A ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento [...]. O discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica [...]. Se as ecosofias, a ecologia social e o codesenvolvimento tentaram dar novas bases para um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como uma estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe (LEFF, 2001, p. 23).

de uma alternativa de desenvolvimento com geração de maior auto-sustentação a partir do território vivencial de cada trabalhador local. Aí vemos processos de resistência camponesa.

Então as idéias de um “novo” padrão de *desenvolvimento* posto em escala mundial fixam bases em escala local, deixando duas possibilidades em aberto: num momento poderá conduzir a novos processos de contestação do que está colocado; e, noutro, se colocar mais como uma forma de justificar ações de capitalização, inclusive da natureza, enquanto capital de realização presente e futura.

Queremos, todavia, encarar este “novo padrão de desenvolvimento” numa perspectiva de um campo que se abre para refletirmos a construção e reconstrução de nossos ideais por uma nova sociedade mais justa, mas não apenas ecologicamente, e, sobretudo, espacial e socialmente. Então vemos novas dimensões para um projeto de sustentação de uma sociedade que, se é reformista até o momento, também redesenha seus propósitos de autonomia como resistência ainda numa perspectiva de transformações. É, portanto, na busca desses ideais que ainda encontramos nas lutas dos camponeses amazônico-acreanos e nos movimentos sociais organizados o respaldo para uma reflexão na reivindicação por melhores condições de vivências locais, com ressonâncias em todo o planeta.

9.4 O caráter autônomo da noção de *viver melhor*

Todo processo de luta e de resistência dos trabalhadores organizados esteve norteado pela garantia de condições materiais de *viver melhor* em seus espaços e territórios vivenciais. A luta é fundamentada em práticas cotidianas de trabalho na terra e no imaginário social, sob a qual é objetivada a construção de bases que solidificam seus espaços vivenciais como *locus* de autonomia e liberdade. O embate pela autonomia que é feito inicialmente pela conquista do território de vivência dos seringueiros – *a colocação* (que conforme **Almeida** (1988), é o embrião de um modo de adaptação humana na floresta amazônica, sendo econômica, ecológica e socialmente promissora) – que se expressa nas RESEXs e PAEs. Por outro lado, as colônias e lotes no PAs, nessa conjuntura de significações da luta, não tem um significado histórico tão profundo, porém no contexto da *luta na terra* são também territórios de construção de projetos de vida. No conjunto, são *locus* desafiantes para a reconstrução de autonomia baseada na (re) significação de valores pautados em modos de vida construídos por mais de um século de relação com a floresta e/ou de trabalho com a terra nesta parte do território amazônico.

No âmbito da luta, ainda há setores participantes nos movimentos que defendem até um processo de transformação social integral. Porém, a maioria vê nela uma

possibilidade edificadora das condições de *viver melhor*, sob os valores mais amplos de uma sociedade de mercado que atinge seus espaços vivenciais. Acreditamos que nisso residam explicações para a perda do “caráter revolucionário” (para toda a sociedade) que parte dos movimentos tomaram (pois o processo de resistência da classe, por si só, já é revolucionário). Também as explicações para a susceptibilidade ao avanço de idéias reformistas têm sido adotadas mais recentemente¹⁰ pelos movimentos, em especial, quando vislumbram aspectos que permitam melhorias econômicas em seus padrões de vida. Daí, se por um lado as organizações coletivas assumem, em muitos casos, o discurso do “desenvolvimento sustentável”, geralmente sob diretrizes apontadas por organismos internacionais e assumidas pelo Governo do Estado do Acre (no momento atual da pesquisa), por outro, apontam para a revalorização de seus conhecimentos, de seu trabalho, de suas práticas sociais e culturais, da natureza amazônica sob seu domínio, de seu espaço de vivência, como alternativas geradoras de condições de sustentação socioespacial em seu território vivencial, integrados com outras dimensões espaciais no âmbito citadino. Isso não era possível sob outras diretrizes de políticas públicas dentro das concepções de desenvolvimentos anteriores.

Todavia, acreditamos que não houve cooptação geral em todos os aspectos dos movimentos e das organizações coletivas e comunitárias. Há situações de manifestação da construção de uma consciência que é, ao mesmo tempo, real e simbólica da sustentação de projetos de vida que nessa conjuntura vão sendo instituídos. É nesses aspectos que estão presentes as contradições que permitem vermos os significados da luta pela autonomia social dos camponeses e de uma possível busca de *sustentação* para se *viver bem* – *viver melhor*, como podemos apreender nos depoimentos a seguir:

A respeito dessas questões, o seringueiro Otávio Nogueira (1998), numa entrevista em que tratamos das dificuldades do trabalho na terra, nos mostra o que é *viver bem* no conjunto das aspirações que permeavam as lutas nos movimentos:

¹⁰ - Apesar do preço que se pode pagar por uma afirmação como a que vamos fazer, temos que admitir que cada vez mais a “angústia por uma revolução” (no sentido concebido pela intelectualidade) não passa pelas aspirações da grande maioria dos trabalhadores nesses movimentos. A luta se dá por fortes trabalhos de base, que promoveram o despertar de *consciência de classe* em circunstâncias históricas em que há um acirramento das contradições abrindo possibilidades para a emersão da classe para si. Ao diminuir tais confrontos, automaticamente o que fica é a luta para *viver melhor*, que não necessariamente passa por dimensões “revolucionárias” no sentido que damos ao termo. Para esses camponeses *viver bem* é *ter fartura*, é *ter direito e ser respeitado*, é *ter outras chances na vida*, como estudar, trabalhar, ter lazer, e poder comercializar seus produtos de forma mais justa, é *ter participação efetiva com porte da realidade*. Para eles, conseguir isso já é deveras revolucionário. Esta é a realidade do camponês do século XXI; essas conquistas são revolucionárias em si, no interior do campesinato, mas no âmbito de uma transformação integral e radical da sociedade. Apenas será assim quando sairmos da comodidade em que vivemos em “nosso mundo acadêmico”, para juntarmos-nos à luta daqueles que estão na dianteira do processo (camponeses e operários), porém, às vezes, muito fragmentados

Olha tem até armazém na zona rural que o governo mandou fazer e está perdido lá, desocupado. Por que o povo não produz mais, por que desmatar a terra para produzir um monte de arroz e quando acabar não tem preço e, aí se vende barato para o atravessador? O povo não planta mais por que se tivesse preço justo todo mundo plantava, não tem preço que garanta a recompensa do trabalho do produtor. A única coisa que ele confia é que a terra é boa, a gente planta uma lata de arroz e colhe trinta, quarenta, cinquenta sacas. Mas aí vem o marreteiro, lá por detrás e compra uma saca de arroz por oito reais. Então, a borracha não! Pode jogar aí e passar dez anos que não se acaba, mas o legume se deixar no paiol um ano, se não tiver inseticida não fica um caroço, o gorgulho come tudinho. É por isto que a agricultura aqui não dá. Eu confio mais na borracha, nas coisas da natureza que Deus deixou; e tem muita coisa rica nesta Amazônia! Tem gente que pediu para eu arrumar cinco mil litros de óleo de copaíba que comprava e, comprava a oito reais o litro e tem muitas árvores na mata. Mas o que estão fazendo na maioria das áreas é queimar estas coisas. Então tem árvore que derrubei dentro de um roçado que só nela tirei quatorze litros de óleo. Eu sei que a mata tem essas riquezas. Tantas coisa ricas nesta Amazônia, né! É importante até hoje. Eu sou a favor do IBAMA, da ecologia, do meio ambiente para preservar essa natureza, por que se estivesse preservada a dez anos atrás, o Brasil tinha mais riqueza e agora o fogo já queimou muito. É por isto que estou sentindo que se não tiver homem que garanta enfrentar esta guerra da vida para defender esta floresta, para defender estas águas tão boa que temos aqui, nós vamos até passar sede; e, um dia ainda, pode dar seca aqui.

No depoimento, o entrevistado relaciona a crise que se vive no espaço agrário com a falta de preço, com a questão do trabalho e sua otimização em atividades extrativas. Há terra boa; há estrutura física para abrigar a produção e há capacidade de trabalho, mas não há mercado para os produtos. Na verdade, sob o ponto de vista econômico, é isso que gera as bases de sustentação. Demonstra então que ele vê a necessidade de integrar-se ao mercado como produtor de mercadoria, mas vê também, na pessoa do atravessador, a situação de exploração a que está submetido. Por outro lado, anuncia a riqueza da floresta (que aqui significa “natureza” enquanto flora, fauna, rios, relevo, qualidade dos solos) e denuncia que está sendo destruída! Isso não se justifica, pois a “natureza” é uma “dádiva” e, como tal, tem produtos que podem ser valorizados e comercializados, e para garantir a segurança econômica e ecológica, e da floresta em si. No conjunto dos significados simbólicos de seu ambiente, ressalta o seu cotidiano social como parte da luta, isto é, do embate que se trava pela *vida* (vista no seu sentido holístico).

O sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues (2002) ressalta as especificidades das lutas nos movimentos sociais e reforça o que realmente se almejou com suas reivindicações:

Então, para a pessoa sobreviver na floresta precisa de uma área de terra grande porque eles vivem só do que é nativo, lá tem muitos recursos; a mecanização da terra para lavoura que o pessoal de fora queria, necessitava de área de terra menor. E foi quando apresentamos, inclusive teses num congresso da CUT (Central Única dos trabalhadores), e esta pegou nossa tese e disse que isto aqui era “coisa de verde”, sabe botou lá sem discutir. A gente queria que o pessoal das outras regiões entendesse que nossa política era uma política que tava visando a uma área de uma terra para sobreviver. Por ser uma área estratégica, gostaríamos que outros movimentos entendessem, para que todos pudessem aderir ou não nossa proposta de desenvolvimento para nossa região. Isto porque ela ia de encontro com a proposta da Vale do Rio Doce, do Projeto Calha Norte, do Projeto Jari para a Amazônia. Por que estavam todos estes projetos sendo incrementados, mas só visando o lucro de um Ludovic, de um Projeto Jari, de um Grande Carajás, então para gente era uma coisa desrespeitosa, pois os garimpos estavam ainda trazendo gente para fazer um verdadeiro estupro da Amazônia. Porque aquilo não era uma política, foi um estupro. Sabe-se que num só ano em 87, a Volkswagen fez um desmatamento de 80 mil hectares, e foi pelos ares muita riqueza e a gente resistiu todas essas coisas.

O entrevistado relaciona o sentido do uso e do domínio de territórios como parte integrante de uma proposta de desenvolvimento que se pauta no conhecimento e no trabalho sobre as bases naturais do ambiente local e num modo de vida que se origina de suas lutas cotidianas. Nesse sentido, o território é firmado na busca da terra para viver, para *o trabalho*. Isso é conflituoso, pois no âmbito da fronteira agropecuária, quando é reafirmada a propriedade fundiária individual (seja de grande, médio ou pequeno porte), cria-se a possibilidade da terra ser usada para fins de negócios. Nisso, para o trabalhador local, conforme Osmarino Amâncio, pode-se ver o caráter de uma sustentação que é posta sob bases territoriais de um projeto de vida que se constrói na luta, numa lógica diferente de domínios estabelecidos sobre a *terra de trabalho*.

O sindicalista Sr. Raimundo Barros (2002), ao ser questionado sobre o manejo madeireiro, ressalta dimensões importantes da construção da *autonomia*, no atual momento, para os seringueiros de Xapuri:

Eu acredito que o projeto de manejo como está acontecendo no Cachoeira com a organização da comunidade tem duas coisas de fundamentais importâncias: uma é pensar não em si hoje, mas pensar no filho que vem amanhã, no neto que vem depois, no bisneto que vai vir e assim por diante, então tem que ter um entendimento de continuação de vida; e outro é a forma de cuidado que tem em tirar as árvores para não destruir as outras. Isto, considero que é um projeto que talvez ainda não seja o ideal, talvez ainda tenha outro que vai ser encontrado e novas formas de ser ainda mais cuidadosos, agora isto que se vê que tem cinco cedros derruba tudo, dois mogno derruba tudo, aí não vai ficar nada, né?

O entrevistado coloca as dimensões de *auto-sustentação* de modo concebível pelos seringueiros, pautando-se pelo uso dos recursos naturais, mas em pleno respeito à natureza enquanto fonte. Então, mais do que ser respeitada, a natureza deve ser cuidada. Novamente a questão da auto-sustentação norteia a noção do uso e da prática que é defendida para se sustentar na terra de trabalho. Então, estas dimensões do “desenvolvimento”, para os seringueiros, vinculam-se a processos que permitem vislumbrar a continuação da *vida*.

O Agente de Pastoral Tobias (2002), da CPT/AC de Cruzeiro do Sul, nos relaciona, já no contexto da organização, outras dimensões das lutas que devem ser trabalhadas na formação social e política para a continuidade, ressaltando a questão do “desenvolvimento sustentável”, em que mais do que como meta econômica, deve responder aos “anseios de vida”, dos quais as organizações coletivas são instrumentos de construção:

O desenvolvimento sustentável não se refere só a área econômica. Só que para nós da CPT, fica claro também que isto envolve não somente a área social, mas também a cultural; aí também tem que trabalhar com a cultura tradicional que existe aqui. Temos tentado alertar cada vez mais para esses pontos nas reuniões. Porém, só nos últimos encontros que houve, percebemos que em nosso trabalho principal que envolve a cooperativa que, infelizmente a gente fica muito apregoadada só na área econômica, da administração e temos dificuldade de avançar nestas outras. No último planejamento já começamos colocar estas questões também para dentro; por exemplo, nós pretendemos fazer um projeto amplo para conquistar uma sede própria para a cooperativa. De onde virão esses recursos? Deixamos um pouco em aberto nesse projeto, embora saibamos que partes virão de recursos sem devolução que se consegue e outros de financiamentos. Mas aí sempre tem que ter uma contrapartida, que deveria ser um terreno. Para adquirir recursos para comprar estes terrenos surgiram vários pensamentos dentre aos componentes da cooperativa. Foi colocado para fazermos torneio de futebol, pois isto envolvia, já a tradição de fazer festas em

várias associações, como no novenário, e estas coisas que faz parte destas tradições comunitárias; surgiu também de fazer um bingo. Em tudo isso envolvia a criatividade deles, e ainda no bingo envolvia menos dinheiro para comprar, mas já fazendo atividade esportiva envolvia mais a convivência. Aí se vê que a consciência e a união vai além do econômico.

O entrevistado, atuando como agente de formação junto a trabalhadores, vê as dimensões supra-econômicas que norteiam a vida dos grupos sociais. Então entende que outras dimensões, como a sociocultural, ambiental, religiosa, e até o lazer, devem estar presentes na construção de bases para uma sustentação da vida desses trabalhadores. Então, o despertar para a união, para o sentido da coletividade como força, é colocado como ponto fundamental dessa construção.

O depoimento do secretário geral da CASAVAJ “Chiquinho”, quando perguntamos o que seria desenvolvimento para eles, mostrou-nos a visão de que a preocupação maior que passa por suas lutas refere-se às melhorias nas condições vivenciais:

Posso dizer que o carro chefe que puxa toda a economia aqui na CASAVAJ se chama “farinha de mandioca”. O desenvolvimento sustentável é ter um certo produto que se pode vender por um preço adequado que não venha dar prejuízos e com isto tem-se um desenvolvimento promissivo para o município, para os produtores do produto e para os comerciantes em geral. Por que, por exemplo, em 1999, farinha tava de oito a dez reais no mercado, hoje está trinta e oito reais; então o produtor que fizer três sacas de farinhas por semana terá cento e quatorze reais no bolso, isto durante o mês se trabalhar ao todo oito dias, terá doze sacas de farinhas, e então doze vezes trinta e oito, serão quatrocentos e cinquenta e seis reais por mês. Qual é o funcionário que ganha isto durante o mês todinho de trabalho? E outra coisa, este funcionário tá obrigado a trabalhar o todos os dias. O produtor não, este tem que trabalhar apenas dois dias por semana, ele e a mulher, duas pessoas dá para fazer tudo isso. Acredito que aí está a economia do “desenvolvimento sustentável”.

O depoimento acima é interessante, pois o entrevistado se refere a uma preocupação básica de que toda organização deve ter uma estratégia de mercado, enquanto instrumento de luta e sobrevivência. Não se produz somente para si, mas para garantir ganhos, no caso, para a *coletividade representada*. Ao fazer isso, promove uma equiparação de ganhos, ou seja, significa mais renda para o produtor, que compra e vende mais no comércio, e gera retorno ao município; nisso a estratégia da luta tem que ser capaz de responder a desafios externos. Todavia, entende que ao conseguir a renda necessária, pode até ficar “sem

trabalhar dias da semana”. Eis uma lógica camponesa muito própria: o *tempo de viver* é o seu domínio sobre o *tempo de trabalho* e, por isso, quando tem renda garantida, pode-se *viver bem* sem trabalhar exaustivamente. Isso, por um lado, desfaz a “idéia” de que o trabalhador camponês não se insere no mercado por incapacidade de uma visão mais operacional de negócio; demonstra sim uma inserção de forma planejada, com ações sob a lógica do mercado por um lado e, por outro, sem perder a sua lógica social autônoma como parâmetros para comparar seus ganhos e administrar seu tempo. Nisso a *autonomia* é provinda desse domínio, sobre o tempo, sobre o espaço, sobre as transações comerciais, enfim, sobre as dinâmicas promovidas em seus espaços vivenciais, no âmbito de sua reprodução.

O depoimento de José Epaminondas L. Pereira (2002), Presidente da CASAVAJ, quando questionado sobre o que é “desenvolvimento”, nos expõe questões práticas da vida camponesa, mas já mostra faces da absorção de valores impostos pelas políticas oficiais do Governo Estadual:

Como já falamos o preço da farinha era muito baixo e depois que começamos se organizar em cooperativa e associações, com parceria com a CPT, STR, isto também ajudou muito na área. Hoje nós conseguimos com o governo, trabalhar com o desenvolvimento sustentável, pois ele começou a nos apoiar na zona rural [...], como foi na construção dessas casas de farinhas modernas. Então isto é desenvolvimento sustentável. Com isto a cooperativa conseguiu se organizar e com apoio na parte física da cooperativa e na questão de capital para convênios. Com isto conseguimos comprar uma empacotadeira e fizemos a instalação de créditos para o produtor; isto é “desenvolvimento sustentável”. Então, a farinha que antes o produtor, vendia a oito ou dez reais no início de 1999 e era preciso ser uma farinha muito boa e o produtor ser conhecido na área; hoje na cooperativa começa a agregar valores ao produto, mas a farinha é o principal, porém não o único. Conseguimos agregar valor com a empacotadeira, instalarmos uma mini-indústria da cooperativa, com uma logomarca, embalagem padronizada e tudo mais. O produtor, com nossa atuação, começa a ganhar mais valor no seu produto, tanto aqui dentro como no mercado externo noutros estados. Então isto é “desenvolvimento sustentável”. Mas “desenvolvimento sustentável” para nós, mais que a questão até tecnológica, aqui no Vale do Juruá é também a questão da “sustentabilidade socioeconômica” e a “viabilidade alimentar” das pessoas. Então isto é “desenvolvimento sustentável”.

O depoimento acima mostra uma tentativa de encontrar respaldo em práticas locais no conjunto das parcerias fixadas com o Governo do Estado. Nisso o entrevistado vê outro padrão de desenvolvimento que os atinge, mostra a necessidade de apoio e da presença

do poder público junto a iniciativas de organização dos trabalhadores, sobretudo da disseminação de formas de melhorar as condições de trabalho. Ao tratar da necessidade de parceria, deixa claro que se trata de sujeitos sociais dispostos a entrar estrategicamente no mercado numa visão de *marketing* de produtos específicos da região, produzidos em condições tecnológicas específicas com marcas de produtos “ecológicos”, fruto do trabalho e resistência de uma categoria social que vive na floresta. Assim, vê possibilidades de mercado para seus produtos. Todavia, deixa claro que a *sustentabilidade* de que fala não é apenas uma questão de produção, mas há, em especial, uma questão socioeconômica que tem que ser atendida, mesmo quando isso passa pela adoção de novas tecnologias de trabalho e de comercialização de produtos, dos quais tem absorvido em seu cotidiano.

O agente de pastoral da CPT de Brasília, Amauri Jairo Petter (2000), ao ser questionado sobre a possibilidade de se viver do trabalho familiar na Amazônia, nos dá uma idéia do que seria um trabalho no qual se busca aproveitar melhor os recursos locais. Tal fato nos permite entender o sentido da potencialidade de recursos naturais, na busca de alternativas de racionalidade de novas práticas, no universo produtivo camponês.

Que dá para viver dá; só que seria uma ignorância voltar a continuar viver assim. Eu acho e acredito que a boa vontade do governo atual tenta levantar neste momento, o potencial que temos, pois este potencial da Amazônia é muito grande e não está sendo explorado, por isto nós falamos em intensificar a produção na propriedade ao invés de torná-la mais extensiva. Eu acho que isto é um das coisas que tem que ser feita, como eu já estou fazendo para mim. Eu tenho que experimentar e depois dizer para os outros que é bom na minha propriedade, na comunidade, tomando várias formas de produção. Só para você ter uma idéia do que fiz na minha área, na minha reserva tem bastantes castanheiras, fizemos um traço de cultivo nas árvores que estavam com problemas por estar muitas sufocadas entre outras árvores, raleamos as que estavam com cipós cortamos os entulhos e até mostrei para o pessoal da EMBRAPA um dia desses; estas árvores aumentaram até 100% a sua produção. Isto é uma das coisas que cada um poderia fazer na sua reserva e ainda aproveitar todas as essências produtivas, tudo o que temos em nossa propriedade, não só criar gado, não só cultivar um tipo de coisa e sim criar peixe, galinha, porco aproveitar os produtos naturais. Eu acho que este é o modelo, porque hoje, estamos num estado onde isso tem muito valor. Eu acho que para mim se perguntarem o que você receitaria? Seria um pouco disso e outra coisa, com nosso produtor é, ele pega uma área e, digamos derruba e põe a puerara e, lá na frente faz a mesma coisa e, em um ano ele utiliza essa parte aqui e não precisa brocar, derrubar nem nada. É só queimar

e ele utiliza essa e no outro ano ele abandona a área utilizada e trabalha a outra, assim por vários anos, apenas trabalhando essas duas áreas.

O entrevistado é um camponês migrante centro-sulista que chegou ao Acre na década de 1980. Nesse sentido, seu depoimento mostra que há uma relação entre as idéias que defende sobre o aproveitamento dos recursos naturais locais e a absorção de práticas extrativas dos trabalhadores locais para o seu cotidiano de trabalho. Isso demonstra a troca de experiências já compartilhadas no âmbito da diversidade do campesinato amazônico-acreano, sob base do movimento das organizações coletivas e comunitárias. Vêem, então, que os potenciais de recursos podem ser ampliados de forma criativa nos “cuidados” que podem ser implementados na floresta (formas de manejos) na compartilhagem de experiências.

Nesses depoimentos, demonstramos que há uma visão nítida de todos os sujeitos entrevistados¹¹ de primar pelas conquistas e ganhos sociais partindo de avanços nos ganhos econômicos. Fica claro que, se por um lado, sem uma forma de obter renda não há estabilidade, por outro, quando esta é garantida, novas dimensões lhes afloram, como expressão da recriação de seu *habitus social*, no que diz respeito ao seu *modo de ser e de viver*, seu *domínio do tempo e do espaço de vivência*, sua *relação com o ambiente* etc.

A floresta não é vista apenas como espaço produtivo e, sobretudo, econômico. Há outras dimensões que nela estão significadas. Por isso, tem que ser “cuidada”, não apenas porque *é bela*, como diriam muitos ecologistas, mas porque é fonte de vida, de recursos, de renda e de infinitas possibilidades que com criatividade e adoção de técnicas adequadas poderão ser acessadas. Assim, vemos que a facilidade de assumirem os conceitos de “sustentável” e “sustentabilidade”, torna-se elementar, pois estes nas suas práticas estiveram e estão contidos nos ideais de luta, na valorização dos potenciais produtivos locais e da própria (re) significação de práticas e saberes dos quais esses sujeitos são detentores.

Então, ter *sustentabilidade*, para esses trabalhadores, é uma condição inserida no universo representativo de suas práticas em busca de *um viver bem*, *de um viver melhor*, de um *auto-determinar como coletividade*. Há uma multidimensionalidade que não é apenas materialmente econômica, social ou ecológica, mas perpassa pelo imaginário social e pela significação simbólica de valores (no sentido da economia das trocas simbólicas tratadas por Bourdieu, 1996) de relações intersociais e com o ambiente vivido.

¹¹ - Estes seriam os “objetos da pesquisa”, mas são antes de tudo sujeitos das ações na realidade, da qual também compartilhamos.

9.5 Políticas oficiais de desenvolvimento no Acre

Como vimos, após 1970, o Governo do Acre lançou uma campanha publicitária de mudança radical nos rumos da economia do estado. A base da reforma era a adoção da atividade agropecuarista suplantando a produção agroextrativista. Isso significava: a descaracterização dos sistemas produtivos existentes das populações tradicionais; o aceleração no êxodo rural, forçado por processos expropriatórios da terra; o crescimento desordenado das cidades e o acirramento dos conflitos sociais agrários. As respostas a tudo isso, no âmbito local, resultaram na forte organização de movimentos sociais com o sindicalismo rural e a luta do campesinato por conquistas sociais. Contudo, o projeto agropecuário foi levado adiante sob duras penas (no âmbito social e ambiental na região), pelos governos que se sucedem no comando do Estado até o final da década de 1990.

O amadurecimento político das forças de oposição a esse projeto se deu com o avanço dos movimentos sociais e com o fortalecimento do sindicalismo rural e urbano. Posteriormente, esta resistência é reforçada com o surgimento de organizações comunitárias e coletivas, no âmbito do espaço agrário produzido. Tudo apontava para novas possibilidades ao desenvolvimento regional, sobretudo pautando-se em bases da produção camponesa no espaço agrário. Essas condições são ampliadas com o fortalecimento dos partidos de esquerda (sobretudo o PC do B e o PT), e com o surgimento de lideranças que se destacariam em nível local, nacional e até internacional. Com esta conjuntura, essas forças de oposição, no início da década de 1990, numa coligação abrangendo desde as alas de centro-direita (não nos referimos apenas a partidos políticos, mas especialmente à parte da burguesia local) até a esquerda da sociedade acreana, chegaram ao governo municipal da capital – Rio Branco – a Frente Popular do Acre – FPA (1992-1996).

Começava a se desenhar no plano político a adoção uma nova proposta de desenvolvimento para o Acre. Em 1998, com a chegada desse grupo ao governo estadual, tem-se então, pela primeira vez, um projeto de desenvolvimento alternativo aos propósitos desenvolvimentistas (mas que ainda estão em voga). Respondendo às direções há muito tempo assumidas pelas forças progressistas de esquerda, sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), um projeto de gestão pautado em propósitos de “desenvolvimento sustentável” é defendido e posto como meta governamental do atual Governo Acreano – o “Governo da floresta” (*slogan* criado pela atual equipe de governo), como caracterizado pela própria equipe:

A partir dos anos 70, a expansão da fronteira agropecuária e madeireira no Acre [...] foi acompanhada por uma série de problemas graves: conflitos sociais sobre o acesso à terra e outros recursos naturais; exploração insustentável de recursos naturais; altas taxas de desistência nos projetos de assentamento; crescimento desordenado de cidades como Rio Branco, etc. Em grande medida, esses problemas refletem a falta de internalização, dentro das políticas e projetos governamentais, das metas sociais, econômicas e ambientais do Desenvolvimento Sustentável. Essa tendência, por sua vez, tem muito a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram sendo "privatizadas" entre determinados grupos políticos e econômicos do Estado e de fora, para atender seus próprios interesses. O Governo do Acre, eleito em 1998, está buscando uma mudança radical nos modelos de desenvolvimento regional e no estilo de gestão das políticas públicas no Estado (ACRE, 2003) .

Com este propósito apresentam a visão do projeto de desenvolvimento que está sendo proposto para o Estado:

O que queremos é que seja adotado o conceito de Desenvolvimento Sustentável como eixo norteador e aglutinador das iniciativas do governo, do setor privado e da sociedade em geral, respeitando as características socioculturais, econômicas e ambientais de cada região do nosso Estado. As metas básicas do desenvolvimento sustentável incluem: o combate à pobreza e outras formas de marginalização social (inclusive a discriminação por gênero, raça, ou etnia); o respeito à diversidade cultural; a eficiência das atividades econômicas; o uso duradouro dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Ao longo de sua história, a ocupação do território e a organização de atividades econômicas no Acre, respaldados entre políticas e projetos governamentais, tipicamente beneficiaram determinados grupos da população no curto prazo, sem viabilizar um modelo de desenvolvimento duradouro, com benefícios para todos a médio e longo prazo (ACRE, 2003).

Definiu-se então, conforme a necessidade de uma visão mais regionalizada para ações, um instrumento para o direcionamento das políticas públicas de desenvolvimento: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC). Com uma proposta que respondia a direções de propósitos externos, a metodologia de elaboração viria também como direcionamento dos financiadores, de forma que a implementação do ZEE, não somente no Acre, mas nos estados amazônicos, recebe o apoio do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), que é financiado com recursos de doação dos países que formam o

“requisiteiro Grupo dos Sete mais ricos”. Assim, no plano das definições de políticas de desenvolvimento regional, o ZEE/AC passa a constituir um dos instrumentos dos “Projetos de Gestão Ambiental Integrada” (PGAI) sendo implementado pelo “Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN)” do PPG7, e coordenado pela “Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)”. Para a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Projeto de Gestão Ambiental Integrada, o Acre teve apoio financeiro e assistência técnica da Cooperação Alemã - KfW e GTZ. (ACRE, 2000; 2003).

Isso demonstra que o projeto, iniciado no relatório do CMMAD – o Relatório de *Brundtland* –, enraíza profundamente os propósitos das formulações de “desenvolvimento sustentável”, para o qual as aspirações dos movimentos sociais serviram de “assoalho, palco, sustentáculo” social que respaldava parcialmente sua implantação. Com isso, de forma sintética, o ZEE/AC é um mapeamento para direcionamento político de projetos a serem implantados em todas as áreas e setores, como é definido:

Na busca de alternativas para o desenvolvimento regional sustentável no Acre, o ZEE vai ter um papel fundamental. Com uma sólida base de conhecimentos sobre as características sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada região do Estado, será possível formular e implementar políticas públicas de forma muito mais coerente. Mais especificamente, o ZEE deve servir como subsídio para o planejamento de uma série de ações estratégicas, como a definição de sistemas de produção e beneficiamento de produtos agroflorestais, criação e consolidação de Reservas Extrativistas e Florestas de Manejo Sustentável, definição de áreas críticas para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade, para citar apenas alguns exemplos. Sem dúvida, o alcance do Desenvolvimento Sustentável depende da viabilização de parcerias efetivas entre o governo, o setor privado e a sociedade civil, buscando o verdadeiro interesse coletivo e resolvendo eventuais conflitos. Nesse sentido, a implementação do ZEE deve representar uma importante contribuição para uma nova "cultura" de gestão democrática das políticas públicas no Acre, em prol do desenvolvimento sustentável (ACRE, 2003).

Com essas bases definidas junto às políticas de desenvolvimento, buscou-se, então, a parceria e o respaldo dos movimentos sociais. Poucos são os seguimentos que se opõem ao projeto, apresentado com novas perspectivas, pois as organizações coletivas e comunitárias passam a encontrar no Governo do estado um importante *parceiro* (ainda que com certo poder de interferência), no acesso a créditos, na comercialização, no incentivo à

diversificação produtiva, na ampliação de base produtiva e na viabilização de parceria com empresas privadas.

Vejamos como se manifestou o Governador Jorge Viana ao jornal “PÁGINA 20” (11/02/2003), quando se referia à assinatura de um contrato com uma empresa de cosméticos, estabelecendo vias de mercado para produtos naturais e essências amazônicas:

“Nós estamos escolhendo os parceiros adequados para crescer”, afirmou o governador Jorge Viana na conversa com os executivos da empresa. “Defendemos princípios que julgamos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do povo do Acre e temos que nos aliar com empresas que entendam esse processo e contribuam para melhorá-lo”. E completou o governador afirmando que “a Natura tem a cara da modernidade que nós buscamos todos os dias.”

Ressaltamos que as parcerias são necessárias num projeto desta envergadura; todavia, são “perigosas” quando o poder público torna-se o gerenciador exclusivo. Os papéis das organizações coletivas e comunitárias podem ficar submetidos ao poder da “máquina estatal”, levando à criação de uma dependência e de relações paternalistas do Estado. O projeto de autonomia que vinha se construindo, pode ser afogado em “jogos de interesses políticos adversos” aos seus. Então as parcerias podem se tornar mecanismos de submissão, quando deveriam fazer parte da edificação de novas bases para a vivência social.

Por outro lado, a iniciativa privada, por mais séria que seja, visa lucros e como tal não entraria nesses projetos se não vislumbresse ganhos. As empresas estão interessadas, sobretudo, no *marketing* do produto “verde”, e é o valor da *mercadoria verde* que já se faz sentir no mercado com seu potencial presente e futuro. E nisso a Amazônia tem potencialidades inestimáveis. Ademais, como já referimos, para a empresa privada não há tanta demora no retorno da circulação do capital empregado, ou melhor, o *marketing* da *mercadoria verde* faz dos investimentos uma garantia de retorno lucrativo imediato. Se o mercado local é restrito, no plano nacional e mundial há *nichos abastados* em condições para pagar, a preços altos e de imediato, tais qualificantes adicionados às mercadorias.

Contudo, há aspectos bons. Na parceria, tanto com o estado, quanto com a iniciativa privada, as organizações coletivas e comunitárias locais na Amazônia-acreana têm avançado extraordinariamente, sobretudo na montagem de seu capital fixo. Ao mesmo tempo, firmam bases para a produção das mercadorias de interesse das empresas “parceiras” e/ou

“compradoras¹²”. Entretanto, em várias cooperativas, os dirigentes são categóricos quando dizem que estas parcerias são sadias; porém, se o governo do Estado retirar o apoio, será muito custoso terem condições de mantê-las e, até mesmo, de manter a organização (pois estão dependentes, sobretudo no âmbito financeiro e, semicomprometidos, no âmbito político).

Todavia, no âmbito geral, mesmo com as limitações impostas por um projeto reformista, temos que pensar nas condições de atuação política a partir de dimensões contraditórias do projeto de desenvolvimento que começa a ser implantado. Essa é uma tarefa não apenas dos movimentos dos trabalhadores rurais organizados, mas da sociedade. Vemos que a questão da autonomia e da “sustentação política” de um projeto de desenvolvimento alternativo deve perpassar todas as dimensões da significância do termo, numa revisão das forças da sociedade e dos poderes constituídos, assim como do próprio conceito de *ser* democrático e *viver* a participação democrática no âmbito da sociedade estadual; e porque não nacional?

De qualquer forma, o que se pode dizer é que esta proposta apresenta uma ruptura nas direções com os padrões montados sob a agropecuária e práticas mais degradantes do ambiente local. Todavia, certamente as duas propostas – “desenvolvimentista” e “sustentabilista” – permanecerão em vigência no espaço acreano e amazônico em plena correlação de forças. Apesar das duas proposições serem colocadas como propostas políticas geradas e passíveis de realização num amplo plano liberal do mercado, elas são conflitantes em seus propósitos, o que podemos constatar quando consideramos o que se propõe como uso dos recursos e com o envolvimento da classe camponesa e de outros seguimentos produtores no espaço agrário. Assim, o poder público tem que administrar também conflitos de interesses junto aos setores de organizações populares e coletivas e o setor empresarial privado. Ademais, no plano do Executivo Estadual, tem-se um projeto de desenvolvimento, em que é oferecida uma alternativa ao que estava contido no semi-abandono no qual o Estado se encontrava. A questão que fica é se será possível construir uma *sustentabilidade* que atinja toda a população acreana em meio aos conflitos que norteiam uma sociedade de mercado como a nossa, e a opção tomada pelo “Governo da floresta”?

¹² - Estamos diferenciando, pois as *parcerias* implicam em parcela de formação e treino da mão-de-obra local para a execução das atividades, como ocorre em Xapuri com as “oficinas escolas de marceneiros”, mantidas pela “parceria” com uma empresa multinacional do ramo madeireiro, atuando com o manejo madeireiro do PAE Cachoeira. Já os *compradores* são empresas que atuam no mercado, como é o caso da relação entre a CAPEB de Brasília com uma empresa do ramo alimentício do Paraná (Nutrimental), na venda de castanha-do-brasil.

À primeira vista, a nosso ver, a busca de auto-sustentação é uma dimensão dos movimentos sociais agrários que identificamos como a construção da autonomia plena dos camponeses no seu espaço vivencial. Com isso, é inegável que dimensões da *sustentabilidade* sejam realizáveis¹³, mas num processo que se enraíza no âmbito da luta na sociedade organizada, e não no âmbito individual ou de imposições externas. Temos que admitir que numa sociedade que está impregnada de conceitos individualistas e de práticas competitivas, a construção da *sustentabilidade* tem que passar pela conquista e pela edificação da *autonomia* social. Portanto, este conceito deve ser visto como significação de um processo de emancipação social. Daí, a dimensão educativa, no âmbito da sociedade organizada e da sociedade geral (não nos referimos exclusivamente à educação escolar, mas aos processos educativos formadores da consciência crítica social geral), ser fundamental para a formação política na construção de sujeitos críticos capazes de trabalhar em projetos de vida coletivos. Temos visto essa dimensão nas experiências de organizações coletivas e comunitárias na Amazônia-acreana; então, pensamos que por aí já se começa a construir novos conceitos de participação, de democracia e de cidadania.

Algumas situações podem ser indicadas para refletirmos sobre isso. Embora em muitas seja inegável que suas experiências apontem mais para o mercado (mais em submissão do que para projetos de autodeterminação), vemos nelas possibilidades reais da construção também de outras dimensões sociais que poderão ser a síntese do processo geográfico e histórico de resistência do trabalhador camponês amazônico-acreano. Vamos aqui enumerar quatro situações, que acreditamos serem elucidativas na construção da *autonomia social* como parte significada na apreensão do sentido da noção de *sustentabilidade* num plano social, político, cultural e ambiental:

➤ **A conquista da RESEX e PAEs**

As lutas de resistência dos camponeses florestais da Amazônia-acreana tiveram, inicialmente, um caráter político em busca de garantir seu espaço vivencial. Daí todo o movimento de resistência teve como finalidade reivindicatória a estrutura produtiva tradicional produzida na floresta, mesmo depois da decadência do domínio seringalista. É nesse contexto de organização e luta que nasce a proposta de um território exclusivo, para a reprodução dos trabalhadores florestais, no qual se busca garantir o direito de uso da terra,

¹³ - Não estamos nos referindo à noção de *sustentabilidade* que se inscreve na pauta do projeto mundial do “desenvolvimento sustentável”. Aqui estamos propondo a (re) significação sob uma visão da *sustentabilidade* como processo de construção socioespacial, norteadas por relações sociais de produção e pelo universo significado por sujeitos sociais no âmbito da firmação territorial. Daí, também, tratá-la conceitualmente no sentido de uma *auto-sustentação*.

mas sendo a propriedade da União. Origina-se daí as RESEXs, mas também os fundamentos para a legitimidade dos PAEs (já que o Estatuto da Terra previa a *concessão de uso* da terra da União). Pode-se dizer que esses territórios surgiram com o propósito desses grupos de trabalhadores de promover outra forma de desenvolvimento para a região.

A organização dos moradores e o apoio da sociedade em geral tornam-se imprescindíveis para que sejam geradas formas de produção social, econômica, política, cultural e ecológica que os levem a uma dimensão integral de *auto-sustentabilidade*. O associativismo, o sindicalismo e a formação política das pessoas, o incentivo e iniciativas nas áreas de ecoturismo, a revalorização da borracha e a diversificação de seus derivados, o manejo madeireiro, a introdução de SAFs são iniciativas que tem buscado criar tais condições e tem produzido resultados, ora mais, ora menos satisfatórios nessas áreas.

➤ **A revalorização de formas de organizações comunitárias.**

A conscientização de que sozinho não dá para viver produzindo tem encontrado grande ressonância em meio aos trabalhadores organizados na Amazônia. As associações e cooperativas camponesas têm surgido na Amazônia-acreana, nas últimas décadas do século XX, e continuam a surgir nesse princípio de século XXI. Uma coisa que se pode notar é que o caráter de sustentação dessas organizações reside sobre as bases nas quais elas foram iniciadas, ou seja, só houve (e ainda há no momento da realização da pesquisa) continuidade naqueles casos em que a formação de tais organizações vem do processo de amadurecimento de antigas “células” de organizações comunitárias como as CEBs, grupos de vizinhanças, delegacias sindicais etc. Na Amazônia-acreana, podemos ver tais situações, pois das principais cooperativas e centrais de associações que apresentam bons avanços, todas tiveram essa origem, com grande apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT/AC) e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Contudo, vemos que com essas organizações se desenham projetos de vida comunitários e coletivos que podem conduzir à construção de formas alternativas de desenvolvimento que fogem aos padrões comuns. Forjam-se aí significados socioespaciais e institucionais de uma autonomia para os trabalhadores locais. Mas ainda são muitos os propósitos a serem realizados. Então, podemos dizer que a realidade desses trabalhadores organizados, em sua dimensão dialética do *dever*, ainda está sendo construída.

➤ **O desenvolvimento de prática de manejo florestal**

O município de Xapuri, no Acre, tem caminhado a passos largos no processo de implementar formas de manejos madeireiros. Nisso se busca preservar a floresta como fonte de recursos naturais que, se são esgotáveis (situação condicional), também são

passíveis de experimentação de usos racionais de exploração que não leve necessariamente ao esgotamento (condição estacional)¹⁴. O processo é rotativo, mas de forma que uma área manejada somente será objeto de exploração após trinta anos, se for necessário. O *selo ecológico* de exploração garante a qualidade do produto coletado e beneficiado. Já há outras experiências em curso no estado, como em Sena Madureira.

Vemos nisso a força de “vetores econômicos e ecológicos” muito fortes. É preciso ressaltar que, no campo social, isso tem possibilitado ganhos excelentes aos produtores numa soma de até duzentos por cento (200%), se comparado às formas de extração tradicional e venda a madeireiros locais ou, ainda, sem qualquer patamar de comparação se tivermos como parâmetro o desmatamento para outros fins. No que se refere ao do peso ecológico da atividade, temos um impacto mais acentuado, porém nada que se compare à ação da extração madeireira tradicional.

Essas atividades, enquanto praticadas por comunidades, são viáveis, pois há um processo rotatório de extração do recurso natural. Todavia, a “ameaça” paira sobre o momento em que empresas começam a entrar no âmbito da extração da madeira em maior escala. Esse é o aspecto que merece maior atenção, pois o beneficiamento e industrialização madeireira podem ser viabilizados por empresas privadas do ramo (pois depende de um capital fixo em maior volume como, no maquinário, p.e.), mas a extração da madeira, na floresta, com os devidos cuidados necessários, acreditamos que apenas é viabilizada por práticas comunitárias, tanto do ponto de vista social, como ecológico. Isso reforça a importância da mão-de-obra destes camponeses florestais, que de forma manejada tem na atividade madeireira um recurso a mais para seu trabalho na floresta.

Nesse âmbito, a ampliação de práticas de manejo para setores empresariais diretamente na extração da madeira, terá um forte impacto com a extração em áreas mais amplas da floresta. Isso trará efeito imediato sobre o ambiente florestal “manejado”, influenciando na concorrência ao trabalho do manejo comunitário feito com força-de-trabalho local, e na conseqüente transformação das áreas de projetos comunitários de manejos madeireiros em “bancos de mão-de-obra” treinados para serem colocados a serviço de empresas (seria a

¹⁴ - Segundo o engenheiro Carlos Vicente, Secretário de Floresta e Extrativismo do Acre, em entrevista ao Jornal “O Estado do Acre” (2002), a atividade madeireira manejada da floresta é uma questão de aproveitar melhor o que temos, ou seja, “[...] não temos petróleo – pelo menos não se descobriu até agora –, não temos minério, não temos indústria, nós temos a floresta. Então, o desafio [...] do nosso projeto de desenvolvimento que tem que potencializar o uso de nossos recursos para gerar renda para a população. O maior desafio [...] é viabilizar a floresta como opção de desenvolvimento para o Acre”.

proletarização do camponês florestal, sem que este saísse da floresta). Isso pode conduzir à desarticulação das organizações comunitárias e levar ao êxodo muitas dessas famílias.

Esta visão prognóstica não pode ser desprezada se quisermos entender a dimensão de *sustentabilidade* como algo possível e acessível. Caso contrário, estaremos conduzindo, sob direção do poder público estadual, estes sujeitos sociais com suas organizações a uma dimensão de “meros mercadores da natureza” (PAULA, 2003) e da mão-de-obra recriada secularmente com os seringueiros e colonos. Isso significaria uma situação de *insustentabilidade*, sobretudo quando entendemos que a dimensão econômica é fundamental, porém não exclusiva, para o fortalecimento de outras dimensões num projeto de *autonomia e auto-sustentação*.

➤ **A revalorização do conhecimento das populações tradicionais**

Aqui referimos a revalorização dos saberes e dos conhecimentos locais. Trata-se da aplicação de produtos medicinais da flora local, de práticas alternativas em cuidados na saúde, de espécies vegetais que oferecem potenciais produtivos fitoterápicos e de formas de manejo do ambiente natural que esteve relegado a planos secundários dentre outros, como matrizes para o uso dos recursos locais. Isso sem contar com a revalorização das culinárias regionais, artesanatos e de aspectos culturais.

Nisso, uma grande iniciativa que está em curso, e que deve ser ainda mais valorizada, são os trabalhos com gêneros de humanos: mulheres, crianças e idosos. Vimos iniciativas que aproveitam seus potenciais de organização, sua força e experiências como um elemento a mais na construção dos projetos comunitários. As organizações coletivas têm atentado muito para esse trabalho, transformando-os em atividades ligadas à medicina popular, à educação e formação política, ao trabalho com artesanatos.

Portanto, voltando ao âmbito geral, estes são apenas alguns pontos para reflexão. Há inúmeros exemplos sendo gerados na região. Sem negar os pontos das críticas que vimos tecendo, temos que definir uma posição de apoio acreditando na possibilidade de tornar esses projetos cada vez mais viáveis¹⁵. Estes pontos devem servir para reflexão e reavaliação para todos os sujeitos (intelectuais, sociais, políticos e econômicos) que estão envolvidos no processo.

¹⁵ - Aqui cabe uma ressalva, pois não se trata de julgar o bem e o mal. As necessidades de medidas audaciosas nesse campo são necessárias; porém, por se tratarem de medidas reformistas no âmbito social e político onde são almejados projetos de “transformações”, temos que atentar para a identificação de possíveis contradições. Então, entendemos, como **Acelrad e Leroy** (1999, p. 41), que: “mostrar uma contradição entre as expressões de desenvolvimento sustentável não pode nos levar a achar que o bem estaria de um lado e o mal do outro, sem meios tons. A depender dos atores que se referem ao problema, a sustentabilidade é abordada de modo bastante

9.6 O desenvolvimento na Amazônia-acreana: realidade e perspectiva

De modo geral, como já mencionamos, na atualidade vivemos e convivemos com dois padrões de desenvolvimento na Amazônia-acreana, com reflexos gerais sobre sua formação socioespacial. Referimo-nos a um padrão pautado na *visão desenvolvimentista*, e outro na visão do *desenvolvimento sustentável*. Todavia, aqui, estivemos tratando a realidade sob tais influências, mas a partir de sua expressão na reprodução do espaço agrário regional.

Ambos os padrões estão inseridos no contexto de políticas neoliberais, porém com reflexos socioambientais diferenciados quando tratamos de sua materialização no espaço social produzido. Cabe a nós, enquanto sociedade, decidir por onde caminhar: ou propagamos a *visão desenvolvimentista* e nos aprontamos para sofrer as conseqüências da degradação mais aceleradamente ou encaramos os novos caminhos que começam a se desenhar, porém sem uma total definição futurística. Sob esta segunda proposição, no âmbito de pensar nas condições objetivas para a superação da realidade vivida, vemos que a questão passará por agirmos dentro do processo para viabilizar as transformações para além das “reformas” propostas no âmbito das políticas de desenvolvimento.

A condição de incertezas nesta perspectiva é devida à imposição e criação do que é *novo*. O *novo* é desafiante porque ainda não foi experimentado, mas é o que pode nos instigar a ações criativas e inovadoras. Nele pode residir a chave para outros patamares de desenvolvimento socioeconômico com padrões socioespaciais/ambientais inovadores. O *novo* tal qual traz chave da *recriação do velho*, inclusive da dominação e opressão, também traz a chave da superação e da transcendência. Então, visto como processo no *campo das possibilidades*, se na primeira condição do *novo* atuam forças conservadoras, na segunda é espaço da luta, do conflito e da transformação.

Seria esta a realidade então que se vive no Acre? Não. Porém, embora não possamos ver “passos revolucionários” no projeto de desenvolvimento do Acre, podemos a partir daí projetar novas possibilidades na construção de uma sociedade diferente da que estamos vivendo. De modo geral, vemos que como uma alternativa para a região, o “desenvolvimento sustentável” está sendo colocado como panacéia. Na realidade, na autenticidade de um projeto alternativo, deveríamos vê-lo e fazê-lo como construto social que nasce da luta na produção de espaços vivenciais de comunidades organizadas, legitimadas por

variável. Isso sugere novas contradições entre uma abordagem mercadológica-ambiental e uma abordagem socioambiental”. São para esses aspectos que aqui chamamos a atenção.

suas práticas coletivas. Apenas nessa condição, as situações da ambigüidade presente na reflexão do parágrafo anterior podem se efetivar. Todavia, não há como fazer sozinho!

No caso, um projeto local de “desenvolvimento sustentável” como estamos vivendo no Acre, no espaço agrário, esta “revisão” poderia começar pautando-se por “projeto de vida comunitária”. Este seria base para que na construção da *auto-sustentabilidade*, em que seu significado interpenetrasse e até ultrapassasse a dimensão classificatória dos “critérios” definidos por Ignacy Sachs (2002), ganhasse dimensões de uma construção coletiva na formação socioespacial do lugar. Nisso, referimo-nos à *autonomia* e *auto-sustentação* num projeto multidimensional intrínseco à luta para *viver bem, para viver melhor* sob:

- **Uma dimensão econômica:** significa que é preciso gerar renda que promova melhores condições de vida a grupos sociais envolvidos. Não se pode pensar em *autonomia* e *sustentabilidade* com sujeitos famintos e sem dinheiro, ou seja, não existe desenvolvimento em meio a sujeitos sociais de “barriga vazia”.
- **Uma dimensão social:** gerando riquezas, é preciso que tenhamos em mente a possibilidade de construir uma sociedade diferente da que está aí. Então, entra a dimensão de pensar a organização social, a educação, a saúde, o lazer, etc. e as transformações possíveis na sociedade como um todo.
- **Uma dimensão ecológica e ambiental:** essas dimensões são fundamentais, referem-se à elevação dos patamares de padrões de consumo e aproveitamento dos recursos disponíveis, aliadas às condições de vivência humana no lugar. Além disso, garantem a existência da vida natural no presente e no futuro, e também sob uma ressalva econômica, pois a natureza passa a ser vista enquanto capital de realização presente e futura. Destruí-la é como queimar dinheiro; é jogar no lixo algo que não se sabe qual seu real aproveitamento; e isso é irracionalidade sob qualquer ótica.
- **Uma dimensão política/educativa:** a sustentação dos propósitos de um projeto de vida se deve ao grau de conscientização que é processado individual e coletivamente a cada sujeito ou grupo social. A formação de sujeitos críticos cientes de seus direitos e deveres é a condição que permitirá a continuidade, sem que sejam cooptados ou coagidos por outras forças que atuam na sociedade. A formação política

tem que ser um processo educativo, perpassando por todas as dimensões de ações dos grupos sociais organizados.

- **Uma dimensão cultural:** um projeto de desenvolvimento, sob bases locais, tem que ter fortes vínculos com as expectativas da própria comunidade ou de grupos sociais no qual está sendo construído. As pessoas vivem e geram modos e comportamentos de vida em que vinculam sua relação com o lugar, seus valores familiares, suas crenças, seus padrões de consumo, sua vida comunitária, suas imagens do mundo, sua forma de produzir as subsistências necessárias etc. Então suas perspectivas respondem a esses valores. Não aceitá-los ou tentar mudá-los por determinações externas é assassiná-los, arrancando os “corações” desses sujeitos, isto é, sua *identidade*. As mudanças irão ocorrer, mas como construção do projeto de vida que se processa dialeticamente no conjunto das dimensões que o grupo define ao buscar alternativas para produzirem *suas vivências*.
- **Uma dimensão territorial:** a relação com o território é condição básica para se ter a consolidação de outras dimensões expostas, dado que o domínio sobre o espaço vivido é condicionante para a fixação do homem à terra e para sua vivência. Nesse sentido, se a “autonomia” camponesa se constrói e se define pelo trabalho familiar na terra, esses são os assoalhos para sua projeção e reprodução na sociedade.

Pensar a condição de *sustentabilidade* para além do projeto mundializado que está posto é desafiante. Porém, nos revela possibilidades que às vezes os “preconceitos” a esses “conceitos” (p.e. ao de “desenvolvimento sustentável”), nos impedem de ver.

Então, voltando à realidade por nós estudada, não vemos possibilidade de realização plena de um projeto de desenvolvimento que tenha essas metas de *sustentabilidade*. O Projeto do “Governo da floresta”, sob a ótica da implementação e abertura empresarial privada, quando muito atinge um princípio do atendimento aos critérios (aqui nos referimos a critérios mesmo e não a projetos de vida como fizemos anteriormente) econômicos (para o proprietário) e ecológicos (na preservação parcial de natureza), com pequenos reflexos sociais. Pensar a relação *autonomia e sustentabilidade* deve nos conduzir a outros patamares para repensarmos a sociedade; caso contrário, continuaremos vendo o “desenvolvimento sustentável” como “remédio” ou “veneno” para tudo e para todos, mas cada um usando-o do modo que mais lhe convir.

Ademais, no âmbito da *luta na terra*, também não há nenhuma organização coletiva ou comunitária que responda a todos estes padrões de perspectivas em *projetos de vida*, por nós levantados. Porém, suas experiências já permitiram esta reflexão. Vemos essas possibilidades reforçadas, quando nos deparamos com uma sala tomada por camponeses, num sábado ensolarado, dispostos a ficar o dia inteiro sentados, a ouvir palestrantes falar sobre problemas sociais gerais, noções de economia e de mercado, ou ainda, para ter formação política (p.e, em Brasília, 04/2002, na sede da CAPEB). Então, temos que admitir que algo novo está acontecendo! E isso está mesmo acontecendo.

U'